

# **ATIVIDADES DO SR. ARCEBISPO DE OLINDA E RECIFE PARA EVITAR O ABORTO DAS GÊMEAS DA MENINA DE ALAGOINHA – PE<sup>1</sup>**

**2 de março de 2009**

## **1. Telefonema ao advogado da Arquidiocese de Olinda e Recife**

Eu já tinha conhecimento, por notícias de imprensa, do caso doloroso – ocorrido, dias atrás, em Alagoinha, Diocese de Pesqueira – PE – de uma menina de apenas 9 anos, grávida de gêmeos, fruto do abuso sexual do padrasto, sem, entretanto, conhecer os detalhes que me foram transmitidos pelo Sr. Antônio Donato, representante do movimento pró-vida da cidade de São Paulo.

No dia 2 de março de 2009, por volta das 19 horas, recebi um longo telefonema, em minha residência, do referido senhor.

Havia ele telefonado para a residência do Sr. Arcebispo, sem ter podido com ele falar, mas aí foi informado do número de meu telefone.

### **1.1. Zelo pastoral do pároco de Alagoinha, no acompanhamento da menina**

Relatou-me, com pormenores, o fato acontecido em Alagoinha, bem como o zelo pastoral do Pe. Edson Rodrigues, pároco de Alagoinha, que estava acompanhando a gestante, além dos cuidados do Conselho Tutelar<sup>2</sup> daquela cidade.

### **1.2. A menina é transferida para Recife, para ser acompanhada no pré-natal**

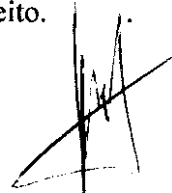
Foi-me ainda referido que membros do Conselho Tutelar da cidade de Alagoinha haviam trazido a gestante para o IMIP<sup>3</sup>, na cidade de Recife, a fim de que fosse devidamente acompanhada no pré-natal.

### **1.3. SURPRESA: no IMIP informam que deveria ser praticado o aborto**

Ao chegarem, porém, ao citado Instituto, foram informados, com surpresa, pela assistente social de que a menina ficaria internada para ser submetida a aborto.

### **1.4. Apelo à Arquidiocese de Olinda e Recife: tentar evitar o aborto. A criança não corria risco de morte**

O mencionado informante exortou que nós (da Arquidiocese de Olinda e Recife) deveríamos fazer algo para salvar a vida daqueles dois bebês que estavam no seio materno, asseverando, taxativamente, que a gestante não estava correndo risco de morrer; ao contrário, ela estava, segundo o referido Pe. Edson e os membros do Conselho Tutelar de Alagoinha, brincando com outras crianças no IMIP e não estava necessitando sequer de permanecer no leito.



---

<sup>1</sup> Adaptação do relatório apresentado pelo Dr. M. Miranda, advogado da Arquidiocese de Olinda e Recife, por ocasião da sessão de entrega do prêmio Beato Cardeal Von Galen, oferecido por Human Life International ao Sr. Arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, em 16 de abril de 2009.

<sup>2</sup> Conselho Tutelar: órgão existente nos municípios para tutela e apoio à defesa do menor.

<sup>3</sup> IMIP é a sigla de Instituto Materno Infantil de Pernambuco.

### **1.5. O pai (biológico) da criança era contrário ao aborto, mas sofria pressão para mudar de opinião**

Soube, também, que o pai (biológico) da gestante estava contrário ao aborto de suas netas, porém, sozinho e com pouca instrução, estava sendo pressionado pela assistente social do IMIP para que concordasse com o aborto.

(Essa informação me foi posteriormente confirmada pelo próprio pai da gestante que declarou formalmente o seu desacordo com o assassinato das suas netas).

### **2. Segundo o médico, Dr. Lamartine Holanda Júnior, a gravidez poderia ser levada adiante com sucesso**

Logo após, telefonei para um amigo médico, Dr. Lamartine Holanda Júnior, e lhe relatei o fato. O mesmo assegurou-me que era possível se conseguir, com acompanhamento adequado da gestante, que o parto ocorresse e que as três crianças – mãe e gêmeas – sobrevivessem.

**3 de março de 2009**

### **3. O Sr. Arcebispo, informado do perigo do aborto, inicia imediatamente a corrida para salvar as vidas das gêmeas**

#### **3.1. Encontro com o superintendente do IMPI, Dr. Antônio Figueira**

##### **3.1.2. Telefonema prévio do Sr. Arcebispo ao Superintendente, do IMIP. Este garante que mandaria suspender qualquer eventual procedimento abortivo até a conversa pessoal com o Sr. Arcebispo**

No dia seguinte – 3 de março de 2009 – apreensivo, mas encorajado por aquele amigo médico, fui até a residência do Sr. Arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho e, logo pela manhã, ao término da celebração da Santa Missa, expus a Dom José a minha missão: salvar a vida de dois seres inocentes.

Ficou decidido que o Sr. Arcebispo e eu fôssemos imediatamente ao IMIP, para tentar fazer algo para salvar as vidas das gêmeas.

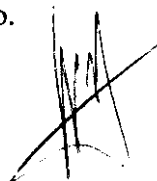
Dom José, telefonou, então, para o **médico Dr Antônio Figueira**, superintendente do IMIP, e lhe expôs, com firmeza, a situação e a posição clara, firme e irrenunciável da Igreja contrária ao aborto provocado, por constituir assassinato de inocentes. E solicitou que ele (o Superintendente) nos recebesse, em audiência, em seu gabinete. Este, no entanto, fez questão absoluta de ir pessoalmente conversar com o Sr. Arcebispo na sua residência. Dom José exclamou: “eu estou sabendo que o aborto vai acontecer agora, a partir das 8 horas!” O médico garantiu que determinaria a suspensão de qualquer procedimento até conversar com Dom José.

##### **3.1.3. Encontro pessoal do Sr. Arcebispo com o Superintendente do IMIP – testemunhas presentes**

Às 10:00 h, o referido superintendente do IMIP, **Dr. Antônio Figueira**, chegou à residência de Dom José, acompanhado de um Conselheiro e do Advogado do IMIP. Do nosso lado estávamos Dom José, eu, Dra. Margarida Félix, psicóloga, Dr. Sebastião Barreto Campello, presidente do Movimento Pró-Criança da Arquidiocese, e o Vereador Josenildo Sinésio.

##### **3.1.4 O Sr. Arcebispo suplica que o aborto não seja realizado**

Dom José iniciou a reunião, explicando a posição da Igreja e, ao final, suplicou que o aborto não fosse realizado.



### **3.1.5. O Superintendente afirma que a menina não corria risco de morte e que o parto poderia ser levado a termo**

O superintendente do IMIP, por sua vez, asseverou que nenhum médico da equipe do IMIP poderia atestar ou declarar, que a gestante estava correndo, naquele momento, risco de morte. Ao contrário, afirmou que o parto, inclusive, poderia chegar a termo, explicando que se tratava de uma gravidez com risco redobrado, mas que isto não significava que tudo não poderia correr bem. E frisou: “o que existe é uma gravidez de risco e não risco iminente de morte da menina.”

### **3.1.6. É solicitada autorização para que médicos e psicólogos da Arquidiocese tivessem encontro com a gestante e sua mãe**

Foi solicitada, ainda, ao Superintendente do IMIP autorização para que uma equipe de psicólogos e médicos da Arquidiocese conversassem com a gestante e sua mãe. A resposta foi que deveria ser feita uma solicitação por escrito e – após consentimento da mãe da menina e da equipe médica, que estava tratando do caso – a autorização seria concedida .

### **3.1.7. Posição final do IMIP: o aborto seria realizado se houvesse autorização judicial, ainda inexistente**

A posição do IMIP, ao final da reunião, foi de que seria realizado o aborto se houvesse uma autorização judicial, a qual, entretanto, não havia chegado ao Instituto.

### **3.2. Audiência do Sr. Arcebispo com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco para localizar possível autorização para aborto da menina: nada ali constava. Testemunhas presentes.**

Não satisfeitos com a posição do IMIP, entendemos que o mais lógico a fazer era falar com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para verificar se havia tramitação de algum pedido para realizar algum aborto e tomar adequadas providências. O Presidente, embora com muitos compromissos, recebeu atenciosamente, por volta das 16:30h, a Dom José, a mim, ao pai da gestante, à Dra. Margarida Félix, psicóloga, ao Vererador Josenildo Sinésio, além do referido Pe. Edson Rodrigues, pároco de Alagoinha, e dois membros do Conselho Tutelar da mesma cidade.

Foi constatado que não havia pedido de autorização para aborto e que a Arquidiocese seria avisada, se tal ocorresse.

### **3.3. Telefonema do Superintendente do IMIP: técnicos da Secretaria de Saúde do Estado e pessoas de um grupo denominado “Curumim” haviam levado a menina para local ignorado.**

Por volta das 18 horas – quando ainda estávamos no carro, voltando para a residência do Sr. Arcebispo – o Superintendente do IMIP, falou por telefone celular, a Dom José: “hoje por volta das 17:30 h chegamos ao IMIP dois técnicos da Secretaria de Saúde do Estado, acompanhados de pessoas do grupo Curumim; pediram para falar com a mãe da gestante e, ao término do encontro, a mãe solicitou ao hospital que fosse dada alta à sua filha. E assim procedeu o hospital”. E foi perguntado: “que grupo é esse, chamado Curumim?” E o médico respondeu: “não sei, parece que é um grupo de feministas”. Foi indagado mais uma vez: “e para onde a levaram?” – “Não sei, devem ter levado para outro hospital!”, respondeu o Superintendente.

### **3.4. Das 19h às 21h – Frustrada busca do paradeiro da menina**

Eram quase 19 horas, quando chegamos à residência do Sr. Arcebispo. Estávamos todos estarecidos com o que tinha acontecido. Dom José bradou: “Vamos fazer alguma coisa; não podemos ficar parados! Temos que descobrir para onde levaram a menina!”. Diversos colaboradores de Dom José movimentaram-se para descobrir onde estava a gestante e impedir que

as criancinhas fossem assassinadas. Foram tentados contatos telefônicos com a residência do Governador; com a assessoria do vice-Governador; com a assessoria do Secretário de Defesa Social; com a DPCA<sup>4</sup>. Não conseguimos, porém, falar com nenhuma autoridade.

Assim, até por volta da 21 horas, não tínhamos nenhuma informação a respeito do paradeiro da gestante e de sua mãe.

### **3.5. Apelo à imprensa e pela imprensa: último recurso para tentar salvar a vida das gêmeas**

Surgiu-nos, então, a desesperada idéia de que, se a imprensa divulgasse o fato da estranha retirada da menina do recinto do IMIP para local ignorado, talvez o grupo feminista ou os médicos, que estavam acompanhando o caso, caíssem em si e viessem, diante do apelo da Igreja, a desistir de praticar o aborto.

A imprensa para nós, naquela noite, era a única possibilidade que tínhamos de dar um último grito de socorro em favor das criancinhas, prestes a serem assassinadas.

Feitos contatos com a imprensa local (escrita e televisiva), compareceram equipes de repórteres à residência do Sr. Arcebispo que relatou os fatos ocorridos e lembrou a legislação canônica, segundo a qual incorreriam em excomunhão automática todos os que viessem a praticar o aborto ou que para ele cooperassem (cân. 1398).

Era quase meia-noite.

### **3.6. Preparação de queixa crime a ser apresentada ao Ministério Público**

O advogado abaixo assinado, começou a redigir, em sua residência, no decorrer da noite, uma denúncia crime por tentativa de homicídio que poderia ser apresentada ao Ministério Público Estadual, no dia seguinte.

**4 de março de 2009**

## **4. Chega a notícia de que o aborto havia sido consumado!**

Por volta das 10h do dia 4 de março, estávamos na Cúria Metropolitana de Olinda e Recife para estudar providências junto ao Ministério Público Estadual, em reunião com Dom José Cardoso Sobrinho, Mons. Edvaldo Bezerra da Silva, Mons. Moacyr da Costa Pinto, Mons. Romeu da Fonte, Vigários Gerais, e Pe. Cícero Ferreira de Paula, Chanceler da Cúria Metropolitana, contando com o apoio do Sr. Bispo de Pesqueira, diocese à qual pertence Alagoinha.

Fomos, então, informados, por telefonema de um jornalista, que o aborto havia sido consumado!

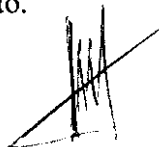
Fizemos um profundo silêncio sem saber o que dizer: estávamos e estamos de luto até hoje!

Não tínhamos podido imaginar – como viemos a saber depois – que a menina fora levada para as mãos de médicos inescrupulosos e que zombam de excomunhão!

## **Conclusão**

### **5. Injustiça contra o Sr. Arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho**

Pensávamos que a imprensa haveria de relatar fielmente o esforço pastoral empreendido pelo Pároco e pelo Conselho Tutelar de Alagoinha e o enorme trabalho desenvolvido por Dom José Cardoso Sobrinho para impedirem o aborto.



<sup>4</sup> DPCA é a sigla de Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Infelizmente tal não ocorreu, em grande escala, por parte da mídia. E o Sr. Arcebispo, por ausência ou deturpação de informações, passou a ser falsamente considerado, até em certos meios católicos, culpado por uma atitude antipastoral e desumana para com a menina e sua mãe.

## 6. Retratação imperiosa

Diante dos fatos acima expostos, seria necessário que os críticos do Sr. Arcebispo refletissem e reconhecessem seus apressados e infundados juízos, reparando o mal perpetrado, fazendo, assim, justiça a Dom José Cardoso Sobrinho.

## 7. Grandeza de alma do Sr. Arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho

O Sr. Arcebispo afirmou publicamente que teria um grande peso na consciência, se não tivesse agido da forma como procedera.

É a consciência de um grande Arcebispo que procura viver integral e alegremente o Evangelho e dele dar testemunho, apesar da incompreensão do espírito mundano.

Valem aqui as palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo:

*“Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus!” (Mt, 5, 11s)*

Recife, 27 de maio de 2009

M. Miranda

Advogado da Arquidiocese de Olinda e Recife